

PFL exige que PMDB

O GLOBO Quinta-feira, 24/10/85

O PAIS • 5

cumpra acordo com Ministros

BRASILIA — A cúpula do PFL reuniu-se ontem pela manhã para avaliar a posição do partido e seu comportamento no Congresso diante da inesperada adesão maciça de Deputados do PMDB à ampliação da anistia aos militares cassados prevista na subemenda Jorge Uequet e, principalmente, após o voto favorável à sua votação do Presidente do partido, Ulysses Guimarães. A nova situação levou os Ministros Aureliano Chaves e Marco Maciel, o Presidente do PFL, Jorge Bornhausen, e o Líder do Senado, Carlos Chiarelli, a exigirem do PMDB, através de Ulysses Guimarães e dos Líderes na Câmara e no Congresso, Pimenta da Veiga e Fernando Henrique, uma clara definição no plenário sobre o cumprimento do acordo negociado por mais de um mês com as Forças Armadas.

Diante do descontentamento militar com o surpreendente apoio à subemenda Uequet, quando o Líder Pimenta da Veiga votou contra mas não foi capaz de controlar sua bancada, estimulada pelo voto de Ulysses, a direção do PFL sentiu dificuldade em assumir sozinha o cumprimento do acordo para aprovar somente o substitutivo do Governo de convocação da Constituinte. Com críticas a Ulysses, por considerar que ele ofereceu Pimenta da Veiga como "tocha humana" e por não admitir ficar com o ônus do partido que votou contra a ampliação da anistia, a cúpula do PFL resolveu definir sua estratégia de votação apenas depois de conhecer qual seria o comportamento das Lideranças do PMDB.

Os dirigentes do PFL não esconderam sua surpresa com a posição de Ulysses e o desconforto com a consequente manifestação de desagrado das Forças Armadas. Somou-se a isso o temor de que a subemenda Uequet pudesse ser aprovada com o apoio do PMDB. Os Líderes do PFL na Câmara, José Lourenço, e no Senado, Carlos Chiarelli, dispostos a liberar as bancadas do compromisso de aprovar o substitutivo do Governo se o PMDB não se empenhasse nesse objetivo, resolveram exigir do presidente do partido uma posição e passaram o dia em contato com o Palácio do Planalto, buscando a orientação do Presidente Sarney.

— Fomos pegos de surpresa e, apesar de continuarmos dispostos a rejeitar a subemenda Uequet, só votarei depois de conversar com o PMDB. Se perdermos no plenário ou ganharmos, os Líderes serão responsáveis. Houve negociação com o Governo e temos que cumprir o acordo feito — afirmou Lourenço.

Na reunião extraordinária convocada pelo Presidente Sarney com os Líderes da Aliança Democrática no Congresso, Lourenço exigiu que o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, encabeçasse a votação do substitutivo do Governo.

Esta seria a única fórmula, acertada na reunião da cúpula do partido, aceita pelo PFL para tantar garantir a aprovação da proposta do Governo e a rejeição da subemenda Jorge Uequet.

Lourenço não consegue esconder a barganha

BRASILIA — Todo o esforço do Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, para evitar que a reivindicação de cargos federais no terceiro escalão pelos Deputados da bancada aparecesse publicamente vinculada à aprovação da Constituinte proposta pelo Governo não produziu resultados: os Deputados José Carlos Fagundes e Maurício Campos, de Minas, foram beneficiados com indicações para o Inamps e para a representação do Ministério da Fazenda em Minas, informaram parla-

mentares do PFL.

Nesse momento em que o Governo precisa dos votos do PFL para aprovar o substitutivo convocando a Constituinte, saíram também cargos da Paraíba, São Paulo e Bahia, contemplando praticamente toda a bancada liberal, informaram fontes. O Líder José Lourenço, que também tem o reconhecimento dos Deputados por seu esforço junto ao Presidente Sarney na obtenção dos cargos, voltou a

negar qualquer ligação entre os dois fatos.

O Deputado José Machado, outro mineiro, reagiu ontem indignado à notícia de que uma indicação obtida para a diretoria da Embratel tivesse mudado seu comportamento. Ele afirmou que continua defendendo a tese da Constituinte exclusiva e não trocaria "uma posição doutrinária, jurídica e política, nitida e clara, contra a Constituinte congressual por nenhum favorecimento".